

Educomunicação: Importância da Apropriação dos *Media* (rádio) no Exercício da Educação Ambiental e Cidadania na Comunidade

Danielle Barros Fortuna*

Índice

1	Introdução	2
2	Comunicação	6
3	Paulo Freire, Comunicação e Educação	8
4	Educação ambiental	10
5	Educomunicação	12
6	A Educomunicação pelo rádio	13
7	Direito à informação	14
8	Políticas públicas para comunicação no Brasil	15
9	Programa de rádio Lado Verde, breve relato de experiência	18
10	Considerações finais	21
11	Referências	22

Resumo

O mundo contemporâneo traz para a educação o desafio de desenvolver caminhos produtivos na parceria entre a escola e o meio cultural que a cerca. A partir desta reflexão é preciso pensar no espaço que a mídia

*Bióloga, Discente de Comunicação Social (Rádio e TV); Discente da disciplina Educação Ambiental do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UESC.

ocupa no universo conceitual da educação, em toda forma de reflexão sobre o que seja educar. A relação entre educação e mídia e o compromisso de ambas as áreas diz respeito a uma abordagem transdisciplinar. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação educação e comunicação dentro da perspectiva de Paulo Freire, compreendido como um dos primeiros educadores brasileiros a formular um conceito de comunicação e sua ligação com a educação. O pensamento do autor é referência para vários pesquisadores sob perspectivas multidisciplinares que articulam os campos da educação e da comunicação. Ainda buscou-se refletir sobre o espaço ocupado pela comunicação comunitária nas discussões sobre políticas públicas para comunicação. Como pressupostos teóricos, destacamos alguns autores da moderna tradição latino-americana dos estudos de recepção como Martín-Barbero, e Mario Kaplún que dialogam com o pensamento de Paulo Freire. O texto aborda o tema da educomunicação como ferramenta de inclusão social e meio de educação para cidadania e preservação ambiental. Trata-se de um trabalho de pesquisa bibliográfica e relato de experiência da autora durante estágio no Instituto Baleia Jubarte, mais especificamente durante participação/produção do Programa Lado Verde veiculado em rádio comunitária, com fins de educomunicação no município de Caravelas, BA. A relevância do assunto justifica-se através do caráter freqüente e sistemático da mídia que tem sido objeto de vários estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento e da importância do uso do rádio como ferramenta a serviço da educação.

Palavras-chave: Educação, Comunicação, Conscientização ambiental, Rádio Comunitária.

1 Introdução

O século XX apresentou significativas transformações em quase todos os âmbitos: sociais, econômicos, políticos, culturais, que abalaram a sociedade vigente e que estão diretamente ligadas ao surgimento das tecnologias da comunicação e da informação. Elas reorganizaram práticas, vivências, estruturas, infiltrando-se em praticamente todos os setores da sociedade, alterando rotinas sedimentadas tanto na vida empresarial quanto na particular. As novas tecnologias possibilitaram a construção

de uma malha de conexão entre áreas do conhecimento distintas e a criação de uma dimensão por onde transitam idéias e conceitos díspares, permitindo à humanidade vivenciar novas experiências no saber, no fazer, no sentir (SARTORI, SOARES, 2005).

A importância que a comunicação assumiu na sociedade atual nos obriga a olhá-la como uma nova força nas relações cotidianas, em todas as esferas sociais. O século XIX reorganizou-se econômica, política e socialmente em função do desenvolvimento industrial e do crescimento das relações entre povos e culturas; o século XX confrontou-se com a onipresença dos meios de comunicação que escancarou a força dos dispositivos de informação presentes em cada canto do planeta de forma instantânea, produzindo sentidos, induzindo ideologias; tudo isso acarretou profundas conseqüências na vida individual e coletiva dos séculos XX e XXI, inclusive na educação. Martín-Barbero (1996) afirma que estamos diante de um ecossistema comunicativo conformado não pelas máquinas ou meios, mas por linguagens, saberes e escritas, pela hegemonia da linguagem audiovisual sobre a tipográfica que desordenam e remodelam as formas de aquisição do saber e do conhecimento.

Para o educador Paulo Freire, a comunicação é elemento fundamental pois é ela que transforma seres humanos em Sujeitos. Freire estabelece a relação entre comunicação e educação, na medida em que esta última é vista como um processo daquela, já que é uma construção partilhada do conhecimento mediada por relações dialéticas entre os homens e o mundo.

Importante ressaltar que o uso indiscriminado dos recursos naturais e da tecnologia, sem critérios adequados de preservação ambiental, conduziu o planeta a um caminho de degradação. Como uma reação em sentido contrário, diferentes áreas da ciência começaram a trabalhar juntas para resolver esses problemas, e, portanto, torna-se fundamental educar os cidadãos, não apenas para a aquisição de conhecimento, mas para o seu uso ético e responsável (HARTMANN; ZIMMERMANN, 2007: p.3). Segundo Freire (2007: p.146) é necessário atuar ao nível do sistema educativo para ajudar os alunos a compreender que a nossa atuação local tem influência global, a reconhecer o impacto da globalização nas nossas vidas e a resistir aos seus impactos.

Dessa forma, a educação ambiental surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem,

cultural e social. Sua perspectiva crítica e emancipatória visa à deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva por mudanças culturais e sociais estão dialeticamente indissociadas. À educação ambiental cumpre, portanto, contribuir com o processo dialético Estado-sociedade civil que possibilite uma definição das políticas públicas a partir do diálogo. Nesse sentido, a construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais (nos âmbitos formal e não formal da educação) e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória. As políticas públicas em educação ambiental implicarão uma crescente capacidade do Estado de responder, ainda que com mínima intervenção direta, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental crítica e emancipatória. (SORRENTINO *et al*, 2005).

E para que haja a sensibilização dos cidadãos é prioritário que haja circulação das informações. A informação, como apontam vários autores, é fundamental para a cidadania. Para Dallari (2002, p. 69), “o primeiro passo para se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência de seus direitos e a necessidade e possibilidade de defendê-los”. Afinal, cita o jurista, quando alguém não sabe que tem um direito ou dispõe apenas de informações vagas e imprecisas sobre ele, é pouco provável que venha a tomar alguma atitude em defesa desse direito ou que vise à sua aplicação prática

Apesar disso, Peruzzo (2005) atenta que os meios de comunicação são historicamente concentrados nas mãos de poucos grandes grupos econômicos de matriz familiar e com vínculos políticos de tendência conservadora ou liberal. Tanto nacionalmente como em nível regional se constata essa configuração. Portanto, o controle da mídia é oligopólico. Dessa maneira, a circulação dessas informações sofre interesses econômicos, políticos, de uma dada ideologia dominante.

A partir da necessidade de conquistar espaço neste segmento competitivo, e atuar em movimento contra-hegemonia, surge alternativamente, a comunicação comunitária. É uma forma de apropriação dos

*media*¹ pelos socialmente excluídos, os chamados invisibilizados socialmente, para que estas pessoas tenham vez e voz.

Essa nova forma de comunicação surge no bojo dos movimentos e ações que encontram nos recursos e suportes midiáticos importantes suportes para desenvolvimento de novas expressões e alianças político-sociais entre Estado, democracia, terceiro setor, sociedade civil e grupos ideologicamente minoritários. Elaboram, assim, novos modos de representação contra-hegemônicos, acenando para a promoção de políticas públicas para inclusão social (FREITAS, 2007).

Segundo Viezzer (2005) denominamos ator social uma pessoa, grupo ou organização que participa de algum jogo social; possui um projeto; controla algum recurso relevante para o jogo; tem, acumula (ou desacumula) forças no jogo e, portanto, possui capacidade de produzir fatos no jogo.

Pode-se inferir, assim, que os cidadãos que se apropriam da mídia para reivindicar seus direitos e difundir educação/informação através de um bem público que é o rádio, atuam como atores sociais. Acerca disso afirma Martín-Barbero:

Nas classes denominadas minoritárias, ou como são atualmente concebidas como a “cultura de massa” ou simplesmente “massa”, é possível perceber a ausência por parte das instituições governamentais e autoridades competentes no processo de inserção social, que pudesse viabilizar uma melhora das condições de vida destes cidadãos. Ao analisar as mídias de acordo com uma representação social, Jesús Martín-Barbero concebeu a idéia de serem as mídias, também, atores sociais (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 74).

Abordar o tema dos atores sociais que interferem na qualidade do ambiente e de vida permite, neste sentido, mostrar com clareza a importância de se verificar “quem é quem” em qualquer iniciativa, pro-

¹ Segundo Pires (2007), *media* é um vocábulo latino que em português significa meios, tendo sido importado para a nossa língua pelo inglês, com a acepção de meios de comunicação. Reproduzindo a pronúncia inglesa, o termo é adaptado para mídia. PIRES, L. **Site pessoal - Luciano Pires**. Publicado em: 11/11/2007. Disponível em: <<http://www.lucianopires.com.br/idealbb/view.asp?topicID=6718>> Capturado: 22 de junho de 2008.

jeto, programa, política pública relativa a estes dois universos entrelaçados por razões naturais e históricas. Hoje em dia, qualquer ambiente só existe em sua relação histórica ocasionada pela intervenção dos seres humanos e com as sociedades que nele vivem e/ou com ele convivem (VIEZZER, 2005).

2 Comunicação

O campo da Comunicação transita por diferentes áreas, incorporando um espírito transdisciplinar, o que longe de enfraquecê-la, confere-lhe uma vitalidade ímpar nessa transgressão de fronteiras disciplinares e cruzamento de posturas científicas.

[...] campo de observação científica que, historicamente, se inscreveu em tensão entre redes físicas e imateriais, entre o biológico e o social, a natureza e a cultura, os dispositivos técnicos e o discurso, a economia e a cultura, as perspectivas micro e macro, o local e o global, o ator e o sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre-arbítrio e os determinismos sociais. (MATTELART; MATTELART, 2003, p. 10).

A palavra “comunicação” é entendida, muitas vezes pelos especialistas, como possuidora de duas faces: como um processo em que A envia uma mensagem para B, sobre o qual a mensagem tem um efeito determinado ou pode ser enfocada como uma negociação e um intercâmbio de sentido, no qual as mensagens, as pessoas, suas culturas e a “realidade” interagem para possibilitar a produção de sentido, ou seja, a sua compreensão. (O’SULLIVAN, 2001).

A segunda interpretação entende o verbo como reflexivo e, nesse sentido, ‘comunicar’ é ‘tornar comum’, ‘partilhar’ e ‘dialogar’. Transformou-se, em alguns casos, em um sentido quase religioso, como a idéia de comunidade ideal de comunicação, de Jürgen Habermas, baseada na vontade subjetiva dos participantes (comunicação intersubjetiva) e na idéia de comunicação como uma condição da vida social. A comunicação seria um agir, um comportamento, uma expressão humana observável e identificável. No agir comunicacional, as ações são orientadas para o entendimento mútuo, o ser que inicia o processo comunicacional é também produto dos processos de socialização.

Oscilando entre a transmissão – aí envolvida a técnica (ou a funcional como quer Wolton (2002)) – e a comunicação como interação, há, contemporaneamente, uma tendência a associar o conceito de comunicação aos meios de comunicação de massa, face às radicais transformações por que passaram as tecnologias da comunicação no final do século passado.

A dissolução de barreiras entre os diferentes meios tecnológicos, do analógico ao digital, que acontece com aparatos como telefone, televisão, máquina fotográfica, computador e que estão convergindo para um único sistema e convivendo num mesmo aparelho só reforça a posição central que a comunicação assume no mundo contemporâneo. Ela passa a ser considerada como legitimadora de discursos, comportamentos, ações e atua como um instrumento de consenso, assim como foram “a religião nas sociedades tradicionais, o progresso nas sociedades modernas ou a produção na sociedade industrial” (RODRIGUES, 1999).

Forma-se o que Rodrigues (*ibid.*) chama de uma “ideologia comunicacional” no processo da modernidade; a ela caberia redefinir um novo tipo de racionalidade, já que os modelos lógicos fundamentados ou na vertente racionalista, baseada na razão técnico-científica ou na anti-racionalista, vanguardista, exauriram-se durante o processo.

A comunicação é um processo de expressão da participação social, de estabelecimento de contato entre pessoas, grupos e classes:

A comunicação estuda a produção, a veiculação e recepção das mensagens, tanto a nível pessoal como social, tanto na esfera do privado como na esfera pública, e a interação dos emissores-receptores numa determinada conformação económica, política e cultural, num determinado tempo e espaço, onde se liga o factual do cotidiano com o conjuntural e estrutural. (MORAN, 1993, p. 15).

Assim, tão importante quanto estudar e refletir sobre a comunicação intransitiva, centrada nos dispositivos de que se valem os media, é investigar as possibilidades contidas na comunicação transitiva, proporcionada por complexas redes interpessoais. Na medida em que a educação transformou-se em espaço privilegiado de discussão e cidadania, é um importante tecido comunicativo, torna-se vital colocar a comunicação no centro no fazer pedagógico, quer para questionar os

mecanismos não transitivos nas suas diferentes feições, entendê-los e poder agir sobre eles, quer para promover ecossistemas comunicativos que destravem os nós pelos quais a educação está passando.

3 Paulo Freire, Comunicação e Educação

Segundo Sartori; Soares (2005), para entender a história da inter-relação comunicação e educação latino-americana após os anos 70, é preciso voltar os olhos para Paulo Freire que desenvolveu fundamentos sólidos para um novo modelo educacional, essencialmente horizontal, democrático e dialógico. A matriz freireana perpassa o pensamento de vários teóricos da comunicação da América Latina, principalmente Mário Kaplún, Jesús Martín-Barbero, Guillermo Orozco-Gómez, Francisco Gutiérrez.

O educador brasileiro, mais do que inaugurar um pensamento dialógico, democrático e libertador na pedagogia nacional e latino-americana, transformou-se em um marco na história da Educação. Sua concepção de educação popular abalou as bases do ensino elitista vigente, repercutiu internacionalmente e produziu uma ruptura no percurso histórico da educação/comunicação. Ele apostava na educação por intermédio do audiovisual. Além disso, acreditava também na educação em outros espaços que não o da educação formal.

O projeto educacional que construiu visava ao fim da opressão e das desigualdades sociais por intermédio do desenvolvimento da consciência crítica e histórica. Suas bases alicerçavam-se em uma teoria do conhecimento que se pautava pelo respeito ao educando, pela busca da autonomia e pela dialogicidade, a partir de um pensamento crítico e libertador, na busca pela igualdade, justiça e união, pressupostos orientadores na construção de novos paradigmas educacionais.

Ao partir da realidade do educando para encontrar temas geradores que vivificassem a educação, Freire substituíra uma visão mais simplista por outra crítica, e partia do pressuposto de que havia em cada ser humano um saber único, ainda que rudimentar, mas de onde era possível estabelecer uma nova relação com a vida. Inaugurava, assim, uma metodologia dialógica que renegava a transmissão vertical de conteúdos: do mestre, que detém o conhecimento, para o aluno, que devia absorvê-la.

Essa educação que chamou de “bancária” estava na raiz da dominação cultural.

Para Freire, não existe educação neutra, é impossível separar o processo de aprendizagem do processo político, já que ao construir significados de uma realidade, estamos atribuindo valores que podem ser imobilizantes ou, ao contrário, ativos, que acreditem que reflexão e ação podem transformá-la. A educação problematizadora desenvolvida por ele procura desvelar o mundo e é calcada numa relação dialógica entre educador e educando. “O educador já não é mais o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. [...] Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1978, p. 78-79).

A comunicação é o elemento pelo qual é possível transformar o ser humano em sujeito da sua própria história, vivendo uma relação dialética, em diálogo, que o conduz a uma consciência crítica e a uma transformação.

Conforme Accioly (2005), a troca de experiências entre educandos e educadores é condição básica para aquisição do conhecimento, educar-se é envolver-se em uma rede de interações. O modelo dialógico de Paulo Freire baseia-se no respeito pelo outro, não visa acomodação ou ajustamento, mas enfatiza a integração que torna o homem sujeito de suas ações e o afasta da condição de objeto, de dominado, sem vez e sem voz. Enquanto a adaptação é um conceito passivo, a integração implica engajamento no sentido de mudar, de transformar a realidade, criticando-a para ser capaz de mudá-la.

Mario Kaplúdenomina a inter-relação comunicação/educação de Comunicação Educativa, cuja função é dar à educação um suporte capaz de qualificar os docentes para que possam adquirir uma competência necessária ao uso adequado dos meios de comunicação.

Martín-Barbero (2003), cujo pensamento é marcado pela transdisciplinaridade, a comunicação lida e incorpora várias áreas de conhecimento como a política, a sociologia, a lingüística, a cultura, a economia, semiótica, a psicologia, etc.

Esta visão também é compartilhada por Mattelart; Mattelart (2003, p 9) onde “os processos de comunicação suscitaram o interesse de ciências tão diversas quanto a filosofia, a história, a geografia, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a economia, as ciências políticas, a biologia,

a cibernética ou as ciências cognitivas”. A transdisciplinaridade percebe o educando do ponto de vista holístico onde todos os aspectos de sua personalidade são atendidos. Privilegia-se não apenas a parte cognitiva dos sujeitos aprendizes, mas de igual modo, a sensibilidade, a criatividade a sociabilidade e também seus aspectos físicos. A transdisciplinaridade tem como objetivo a formação do sujeito planetário, capaz de se comunicar com todo o universo de conhecer e respeitar as várias culturas, de romper com a mentalidade positivista que defende a separação radical entre o sujeito e o objeto de estudo, que isola as várias disciplinas e defende o determinismo absoluto.

A transdisciplinaridade declara o fim das certezas (PRIGOGINE, 1996) e derruba qualquer teoria que se pretenda definitiva. Assim, a transdisciplinaridade, instaura uma nova era na educação, fundada nos princípios de ordem ética e nos valores democráticos.

Para Martín-Barbero a cultura ocupa um lugar de destaque como elemento fundamental na área de comunicação. Assim como Paulo Freire, o autor destaca a participação do receptor como agente ativo, capaz de interferir e mudar o significado da mensagem recebida; os dois autores ressaltam a importância do cotidiano dos sujeitos na interpretação do conteúdo emitido. A cultura é um conceito fundamental na obra de Paulo Freire, em torno dele gira todo o processo de aprendizagem como conscientização.

A proposta central na obra de Martín-Barbero (2003) é sair dos meios para concentrar-se nas mediações. Acompanhar os processos de produção e circulação das mensagens, tendo em vista que o tecido social é veículo gerador desses processos.

4 Educação ambiental

No final do século XX, com o surgimento de problemas ambientais graves, passou-se a valorizar mais as idéias que estudam tanto os fenômenos da natureza quanto as ações do homem sobre ela. No ano de 1987, por exemplo, conseguiu-se estabelecer um elo entre meio ambiente e desenvolvimento – um relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente propunha, então, o desenvolvimento sustentável como a única maneira viável de se assegurar o futuro. Mais tarde, em 1992, com a Rio-92, propôs-se a concretização de medidas que conciliassem real-

mente o crescimento com a proteção à natureza. Na época, foi criada a Agenda 21 – um documento composto por uma série de recomendações que auxiliam na questão de se alcançar uma harmonia entre o homem e o meio ambiente. A maior vitória do movimento ecológico no mundo, contudo:

Foi convencer as pessoas comuns, os pensadores, os formadores de opinião, os partidos, as instituições, as universidades, da necessidade de se discutir sobre a proteção do meio ambiente. Hoje todos reconhecem que existe uma questão ambiental no Planeta e também em cada país. E que é preciso tomar providências”.(FAJARDO, 1998, p.118).

Devido à necessidade de se tomar providências é que a educação ambiental vem assumindo um importante papel na atualidade. Uma transformação de valores e atitudes está sendo exigida frente à gravidade da situação ambiental em todo o mundo. Tendo em vista as alarmantes quantidades de florestas desmatadas, animais em extinção, o esgotamento de água própria para consumo, problemas como a diminuição da camada de ozônio, mudanças climáticas, acúmulo de lixo, perda da biodiversidade, chuva ácida, poluição do ar, erosões ou enchentes, tem-se idéia da necessidade de projetos que eduquem as pessoas para essa realidade. “O novo mundo que queremos, mais equilibrado e justo, requer o engajamento pessoal coletivo de educadores e educandos no processo de transformações sociais” (GUIMARÃES, 2001, p.9). Quanto mais cedo for trabalhado esse engajamento nas pessoas, mais conscientes serão os cidadãos no futuro. É interessante que se trabalhe a curiosidade, o diálogo, a produção, a ética, a pesquisa, o comprometimento – tem-se, a partir disso, um real engajamento com o que se está estudando. A educação ambiental permite que se façam leituras sobre o que é meio ambiente, desequilíbrio ecológico, consumo, conservação da natureza, enfim. A terminologia busca, de acordo com Reigota (1995), a preparação plena de cidadãos que lutem por uma sociedade mais justa e que trabalhem com o olhar voltado à ética nas relações sociais e com a natureza. O Ministério da Educação (MEC) propõe a inserção da temática ambiental nos currículos do Ensino Fundamental como um tema transversal (além de ética, saúde, orientação sexual e pluralidade cultural). De acordo com o documento do MEC intitulado

“Parâmetros Curriculares Nacionais”, a transversalidade permite que o professor desenvolva o trabalho de modo dinâmico e não como uma disciplina obrigatória. Não se tem uma disciplina específica de educação ambiental, mas no próprio âmbito escolar trabalham-se conceitos, valores e atitudes que dizem respeito a um melhor relacionamento homem/natureza.

5 Educomunicação

O termo educomunicação foi cunhado pela primeira vez pelo filósofo da educação Mario Kaplun, amigo e parceiro de Paulo Freire. O conceito explicita uma junção da educação e da comunicação e firma-se como um novo campo de intervenção, em que se busca ressignificar os movimentos comunicativos no âmbito da educação. Anteriormente a Kaplun, porém, na década de 70, o estudioso espanhol Francisco Gutierrez já versava sobre o tema, ainda que não sob o nome de educomunicação.

De acordo com Ismar de Oliveira Soares a Educomunicação pode ser definida como:

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem."(SOARES, 2002, p. 115).

Este campo defende, segundo Soares (*ibid.*), o uso da comunicação como um meio eficaz para ampliar ações voltadas à cidadania e para ampliar as formas de expressão dos membros de uma comunidade.

Na prática, Soares (*ibid.*) coordenou um projeto educacional do ano de 2001 a 2004. Trata-se de um trabalho que, em parceria com a Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo, atendeu 455 escolas públicas municipais capacitando alunos e professores do ensino fundamental para o uso da educomunicação pelo rádio. O projeto em questão – Educom.rádio - privilegiou o emprego da linguagem radiofônica por meio da introdução de um laboratório de rádio em cada uma

dessas escolas. A prática educacional auxilia na questão de os alunos poderem expressar sua voz e realizarem atividades de cunho criador dentro da escola. Assim, tem-se um resgate da experiência e a manifestação de várias vozes conversando em um diálogo – vozes do professor e do aluno, mas que deixam de ser vistas a partir de um hiato tão grande entre elas. A Educomunicação visa nesse sentido:

[...] garantir à cada cidadão o acesso e o uso democrático dos recursos da comunicação, tendo como meta a ampliação da capacidade expressiva das pessoas, independentemente da condição social, grau de instrução, ou inserção no mercado, garantindo que o postulado que defende o “livre fluxo” da informação seja globalizado, superando a meta liberal de se garantir a ‘liberdade de expressão’ tão somente aos que detém controle sobre os sistemas de meios de informação. (TRAJBER, 2005. p.19).

Assim, pode-se considerar a educomunicação como uma maneira de se inserir a estética na escola, em que a idéia é descristalizar práticas alienantes do cotidiano, permitir a manifestação de vozes e o resgate da experiência e da narrativa. De acordo com PERUZZO (2005), o campo da educomunicação, portanto, pode ser considerado uma maneira de se apostar na criatividade do aluno, na circulação de vozes e diálogos dentro da escola, na expressão de criações dos educandos. Suportadas por meios de comunicação, essas idéias permitem que o espaço escolar seja um ambiente propício à manifestação de linguagens e de atividades criadoras.

6 A Educomunicação pelo rádio

O rádio é o único meio de comunicação que permite um alto nível de proximidade: “Dirigir, ler, trabalhar (em casa, no escritório, nas lojas do shopping, no corte de cana, na lavoura...), tomar banho, correr na praia, descansar, enfim, quase todas as nossas atividades podem ser embaladas ao som desse bom e velho companheiro”. (SILVA, 2000, p.155).

Assim sendo, pode-se ouvir rádio sem que outras atividades deixem de ser feitas nesse período de tempo - diferentemente de outros meios de comunicação, que exigem que o receptor pare o que está fazendo para ler ou ver determinada informação, por exemplo. Além desse caráter

de proximidade, o rádio é um meio de comunicação que mostra outra vantagem sobre os outros – diferentemente da televisão ou do jornal impresso, por exemplo, ele trabalha somente com a questão sonora e, por esse motivo, desperta a imaginação dos ouvintes. Como afirmam Jobim e Souza:

O rádio é um convite permanente à imaginação, ao envolvimento e, mesmo, à cumplicidade na realização do processo enunciativo”. A palavra ou a ausência dela é o que constrói o discurso no rádio, que não conta com imagens para ser compreendido, mas com diálogos. Conforme escreve Jobim e Souza, “o diálogo revela-se uma forma de ligação entre a linguagem e a vida, permitindo que a palavra seja o próprio espaço no qual se confrontam os valores sociais contraditórios”. (JOBIM E SOUZA, 1994, p.126).

Por esse fato, o veículo radiofônico colabora muito no que diz respeito ao incentivo da manifestação da linguagem – seja em forma de palavras ou da imaginação, ela está presente constantemente no veículo radiofônico.

Tendo consciência de que a aprendizagem acontece justamente no momento em que a informação envolve o aprendiz, conclui-se que o discurso radiofônico colabora para o aprendizado de seus produtores e ouvintes. Segundo a autora Gisela Ortriwano:

O rádio envolve o ouvinte, fazendo-o participar por meio da criação de um ‘diálogo mental’ com o emissor. Ao mesmo tempo, desperta a imaginação através da emocionalidade das palavras e dos recursos de sonoplastia, permitindo que as mensagens tenham nuances individuais, de acordo com as expectativas de cada um”. (ORTRIWANO, 1985, p.80).

7 Direito à informação

Norberto Bobbio (1992) trata da importância da informação para o exercício dos direitos e para a democracia. Ele cita, como remédio para reavivar a participação política, o controle popular dos meios de informação e de propaganda. Esta também é uma preocupação de Juan E. Diaz Bordenave (1992, p. 70), para quem “a participação de todos

os setores da população na democracia do futuro depende da adequada utilização da comunicação tanto no nível dos pequenos grupos como no nível das massas espalhadas em todo o território do país”. Ele relaciona a participação, a comunicação e a educação em prol da sociedade democrática. Verificamos, assim, que o direito à informação sobre direitos e o direito à informação caminham juntos e são necessários. Nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas,

todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto (Gentilli, 1995, p. 158).

De acordo com Kaplún (1984, p. 10), “hoje se começa a compreender que não há desenvolvimento sem uma participação consciente dos setores populares, em que estes se mobilizem, assumam um papel protagonista e sejam criadores de suas próprias soluções”.

Ele também considera que a participação é característica geral de uma sociedade democrática, voltada para o desenvolvimento. Assim, para Kaplún (*ibid.*), a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia.

8 Políticas públicas para comunicação no Brasil

Sem a pretensão de aprofundar os aspectos conceituais acerca das Políticas de Comunicação, frisa-se apenas que o tema se circunscreve ao universo das políticas públicas, as quais são inerentes ao ordenamento jurídico emanado da sociedade e consubstanciado, em última instância, pelo Estado. É uma temática oriunda da ciência política e remete a inter-relação entre o processo político, as instituições e a demanda da sociedade civil o que culmina no arcabouço legal e os princípios que regem as políticas específicas.

Historicamente, a discussão sobre as políticas nacionais e regionais de comunicação no Brasil enfatiza o universo da grande mídia, ou dos meios de comunicação de massa, especialmente o setor audiovisual. Recentemente, com os sinais da convergência tecnológica entre o audiovisual, as telecomunicações e a informática, incorpora-se tal perspectiva, além da questão da televisão digital ter animado o debate. A

comunicação popular, alternativa e comunitária não ocupou espaço expressivo nesse debate (PERUZZO, 2008).

Em suma, por políticas públicas de comunicação entende-se um conjunto de princípios, leis, normas e demais mecanismos regulatórios que orientam o funcionamento dos meios de comunicação, das tecnologias a eles associados e de seu papel na sociedade. O estabelecimento de políticas públicas de comunicação acontece num ambiente regulatório, constituindo-se:

Um cenário apropriado para o jogo de forças entre cada um dos atores envolvidos, e onde cada um exerce seu poder de pressão em defesa de interesses, na maioria das vezes, conflitantes. [...] Em seu interior circulam as deliberações legislativas, as jogadas políticas, os interesses corporativos, a defesa da liberdade, a definição de limites, as audiências, as portarias, as medidas provisórias, as leis, os conselhos, as agências [reguladoras], enfim, todos os elementos envolvidos no estabelecimento de políticas e estratégias específicas para o setor das comunicações” (REBOUÇAS, 2006, p.66).

Segundo Peruzzo (2008), o sentido público que um meio de comunicação possui, já que é uma concessão do Estado e um bem público, é subvertido aos interesses mercadológicos. Muitos estudos – a maioria sobre a Globo - demonstram como o jogo de interesses empresariais e políticos de grupos midiáticos se sobrepõem ao interesse público, tanto no conjunto dos programas exibidos como nos arranjos administrativos e jurídicos. Contudo, não se considera que toda a programação da televisão privada seja desprezível. Há programas e quadros de valor, sem falar na socialização da informação, das descobertas científicas, do conhecimento e da difusão da produção cultural que proporciona. Os abusos no uso de tecnologias de comunicação têm gerado controvérsias, denúncias, ações civis no Ministério Público, e a formulação de propostas de criação de políticas públicas capazes de redirecionar seus princípios, práticas e a legislação em vigor. Nesta perspectiva, acontecem algumas conquistas indicativas da interferência de forças organizadas da sociedade civil nos rumos da regulação e da regulamentação das comunicações. Entre essas forças destacamos o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Universidades, Associação

Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), ONG TVer, Comitê Gestor da Internet, Oboré Projetos Especiais, Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social) e a Campanha Ética na TV – Quem Financia a Baixaria e Contra a Cidadania, entre outros. Elas compartilham da perspectiva político-ideológica do modelo progressista. Este se pauta pela análise crítica da mídia, por um lado, e por outro, pela necessidade de mudança no domínio dos meios de comunicação e da conseqüente democratização da comunicação, não só dos meios – que poderia ser representada apenas pelo aumento no número de proprietários - para de todo o processo comunicativo. A desoligopolização, o pluralismo, a regionalização de conteúdos e o cumprimento dos princípios constitucionais na difusão de conteúdos que priorizam as finalidades educativas, culturais e informativas estão entre as bandeiras levantadas. Enquanto essas “batalhas” por mudanças seguem lentamente e em posição contrahegemônica, setores populares inventam suas próprias maneiras de democratizar a comunicação, mesmo na ausência de políticas públicas específicas. São movimentos sociais, coletivos e organizações sem fins lucrativos, uma vez percebendo-se ausentes ou tratados de modo tendencioso e parcial pela grande mídia, passam a forjar uma comunicação própria visando à transformação social.

Essa modalidade comunicativa remete diretamente a segmentos específicos da população, trata dos assuntos que afetam a vida no cotidiano e é um poderoso instrumento de educomunicação popular. Ajuda a desenvolver a consciência crítica, o intelecto, a auto-estima e a melhorar as condições de existência. Suas práticas firmam os alicerces para uma política de comunicação comunitária que não dependeu de estatutos jurídicos para se concretizar. Trata-se de uma comunicação que se manifesta de diferentes maneiras e se insere nas dinâmicas sociais com vistas a melhorar as condições de existência e de consciência da população.

A implementação de políticas públicas que democratizem as comunicações é uma reivindicação externada há décadas e se constitui numa das bandeiras de lutas de organizações civis. Algumas de suas conquistas resultaram em modificações importantes. Por exemplo, a lei de TV a cabo possibilitou a inclusão de novos atores na televisão fechada (por assinatura). É o caso dos canais comunitários (quase uma centena), uni-

versitários, legislativos (TV Senado, TV Câmara, TVs Assembléias nos estados e nos municípios) e da Justiça. As rádios comunitárias estão espalhadas por todo o país. Sites, blogs e pequenos jornais alternativos são uma realidade. Os alto-falantes comunitários de outrora não desapareceram. Enfim, cresce a demanda pela participação social nos demais meios de comunicação locais e comunitários e se forja um movimento que mexe com sistema tradicional de mídia no país (*ibid.*).

9 Programa de rádio Lado Verde, breve relato de experiência

No período de julho a novembro de 2007, a autora participou de todas as atividades inerentes à produção e apresentação do programa Lado Verde durante realização de estágio extracurricular no Programa de Informação e Educação Ambiental (PEIA) do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

Destaca-se entre as ONGs de Caravelas, o Instituto Baleia Jubarte, instituição que além da importante contribuição científica para o meio acadêmico, tem grande responsabilidade social com a comunidade, desenvolvendo desde 1996 atividades de Educação Ambiental (EA) agregando a população local aos trabalhos de pesquisa e conservação promovidos por essa instituição. Dentre as atividades de EA mais notáveis, promovidas pelo Programa de Educação e Informação Ambiental do IBJ, o Programa de rádio Lado Verde é talvez a mais evidente.

O Lado Verde é um programa de caráter social, ambiental e cultural, é o primeiro programa de rádio da região a trazer informação ambiental, cultura e cidadania através desse veículo de informação, que segundo Trigueiro (2003), ainda é o meio de comunicação de massa mais importante que se conhece. O programa Lado Verde é transmitido através de uma rádio comunitária de Caravelas e objetiva-se principalmente sensibilizar a comunidade e desenvolver a consciência ambiental de seus ouvintes. O Lado Verde foi ao ar pela primeira vez em 12 de julho de 2001, quinta-feira às 10:00h da manhã, pela rádio comunitária Caravelas FM.

A produção, redação e seleção musical do editorial do programa são feitas com antecedência, sempre entre as segundas e quartas-feiras, através de entrevistas com pescadores e especialistas, pesquisas bibliográficas, sites da internet e discografias que abordam os temas em questão

na semana. Cada programa possui um tema geral, que serve de “pano de fundo” para as entrevistas, enquetes e músicas brasileiras. Os textos são elaborados por técnicos da equipe do PEIA do IBJ, responsáveis pela confecção do programa, sob a supervisão e redação final do coordenador da equipe. As entrevistas com os pescadores são feitas em seus locais de trabalho e em lugares comumente freqüentados por eles. A gravação das entrevistas é feita com um aparelho gravador digital ou ainda ao vivo durante a apresentação do programa na rádio. A definição dos temas de cada programa, bem como a indicação dos convidados especialistas para serem entrevistados e eventuais questões a serem levantadas e implementadas, são discutidas preferencialmente nas primeiras segundas-feiras do início de cada mês, durante uma breve reunião de pautas do programa. Durante a apresentação, ao vivo, do Lado Verde na rádio, o programa é gravado em um aparelho gravador de MD (*Mini Disc Digital*), conectado à mesa de som do estúdio da rádio, para posterior digitalização. Após a gravação, o programa é exportado em formato de mp3 e fica armazenado na biblioteca de mídia digital do IBJ. Os arquivos de áudio são disponibilizados para qualquer ouvinte interessado que deseje ter uma cópia do programa apresentado. Soma-se ainda à programação semanal do Lado Verde, a veiculação diária na programação da rádio de pequenas vinhetas denominadas “Minuto Lado Verde” falando sobre temas de interesse comunitário. A gravação e edição do Minuto Lado Verde, bem como a digitalização do programa apresentado na semana, são feitas, profissionalmente, com um software livre (*Audacity*) de edição de áudio, instalado em um computador preparado para digitalização de sons na própria sede do IBJ.

Nas sextas-feiras de todas as semanas são produzidos e impressos, em folha tamanho A3, os painéis do Lado Verde que são afixados em locais de grande circulação da comunidade. Os painéis contêm um resumo das principais informações apresentadas no programa da semana. Ao final de cada ano, é confeccionada a apostila do Lado Verde contendo os assuntos discutidos no programa durante o ano. Essas apostilas são disponibilizadas para as escolas e bibliotecas públicas de Caravelas

Em seu trabalho intitulado “Lado Verde – Educomunicação Nas Ondas Do Rádio”, FONTES e SILVA (2008) relatam a experiência de 7 anos de atividades do Programa Lado Verde, veiculado semanalmente através de uma rádio comunitária de Caravelas.

De acordo com FONTES, SILVA (*ibid.*), o Lado Verde é o primeiro e único programa de rádio da região do extremo sul baiano a levar informação ambiental, cultura e cidadania através desse veículo de informação. Com a missão de “*Sensibilizar para a conservação da baleia jubarte e dos ecossistemas e contribuir para o fortalecimento da cidadania nas comunidades*”, o PEIA do IBJ, tem no seu programa de rádio um dos principais instrumentos para estimular e mobilizar a população de Caravelas.

WHITAKER, BEZZON (2006) afirmam que as relações sociais são intermediadas pelo meio ambiente, que expõe ao ecossistema a perda dos dados culturais, desencadeando um processo de angústia. Dessa forma, a ciência precisa resgatar práticas culturais e ecossistemas. Daí justifica-se a relevância em manter e preservar tanto os recursos ambientais quanto culturais, viabilizado através destes programas de rádio comunitário.

Iniciativas como a do Lado Verde, deveriam ser desenvolvidas por todos os grandes meios de comunicação. Pequenos espaços diários na programação de cada canal de rádio ou televisão já seriam um grande avanço para a construção de um mundo mais justo a todas as pessoas.

Se todas as emissoras de rádio e televisão, que são os grandes meios de comunicação de massa, cumprissem o seu papel social, hoje teríamos um cidadão mais apto a enfrentar as desigualdades que perpassa o direito à liberdade de expressão e um mundo com melhores condições de vida para todos os habitantes do planeta. A Terra é nosso lar comum, e criar um mundo sustentável para nossas crianças e para as futuras gerações é uma tarefa para todos nós. (CAPRA, 2003. p.33).

Para FONTES, SILVA (*ibid.*), a grande variedade de informações apresentadas semanalmente nos vários quadros do programa Lado Verde e a participação de apresentadores voluntários, convidados entrevistados e especialistas de diversas áreas do conhecimento proporcionam aos ouvintes o entendimento sobre as questões sócio-ambientais e culturais da região e favorece uma interação mais harmoniosa da comunidade com as atividades desenvolvidas pelas instituições ambientais sediadas em Caravelas.

Como resultado, estes autores (*ibid.*) afirmam que o rádio continua sendo o mais eficiente meio de comunicação entre populações que vivem em áreas de difícil acesso, se tornando um importante aliado para a preservação e conservação do meio ambiente através da educação e informação ambiental.

10 Considerações finais

Neste artigo, foi lembrada a importância que a Educação e a Comunicação constituem a sociedade enquanto atividade que pode democratizar a informação, direito fundamental para o exercício de outros direitos. Refletimos sobre as discussões acerca das políticas públicas de comunicação comunitária no Brasil, que se apresentam incipientes e lentas, além da importância de se engajar contra-hegemonicamente. Foi abordado a questão do avanço tecnológico aliado à degradação ambiental, e como a Educomunicação pode ser eficazmente utilizada para fins de sensibilização e conscientização ambiental e política. Pensando nisso, ao citar os trabalhos Educom.rádio e Programa Lado verde, destacamos questões pertinentes, como a inserção social e exercício da cidadania a partir da participação nestes programas. Assim, a produção de materiais midiáticos que visem à sensibilização da comunidade, bem como a produção de programas radiofônicos que abordem questões ligadas à cidadania, conservação da natureza, ética, direitos humanos, entre outros temas, é de grande relevância para uma comunidade e região.

Por fim, cabe salientar que o exercício das atividades de comunicação comunitária requer a preparação das pessoas para o uso das técnicas e tecnologias. Há, portanto, a necessidade de se adquirir competências, o que agrega a noção do direito ao acesso ao conhecimento técnico e especializado em comunicação.

A inclusão da comunicação com mais desenvoltura nas escolas e nos próprios cursos que formam professores na área da Educação e Comunicação, faria jus à importância crescente da mídia na sociedade, melhoraria as condições de aprendizagem, contribuiria para desmistificar a mídia e despertar o interesse em apropriar-se dela. Afinal, vivemos a era da sociedade da informação e da comunicação.



Participação no Programa Lado Verde (2007) e Aulas de Educação Ambiental nas Escolas de Caravelas, BA (2007)

11 Referências

- ACCIOLY, D.C.S. Comunicação Na Perspectiva De Paulo Freire: A Questão Da Mídia Na Prática Docente. *V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife*, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1992.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo, Moderna, 2002.
- FAJARDO, E. *Se cada um fizer a sua parte...* Rio de Janeiro: Senac, 1998.
- FONTES, F.C, SILVA, V.N. Lado Verde – Educomunicação Nas Ondas Do Rádio. *Monografia* apresentada UNEB. Ciências Biológicas. Teixeira de Freitas, BA. *Campus X*, 2008
- FREIRE, A. M. “Educação para a sustentabilidade: Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores”. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 2(1):141-154, 2007.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. Em três artigos que se completam. São Paulo, 19. edição, Cortez Editora: Autores Associados, 1987.

_____, *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAS, R. *A periferia da periferia: mídias alternativas em ambientes não-metropolitanos*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos, 2007.

GENTILLI, V. *Democracia de massas: cidadania e informação*. São Paulo, ECA-USP, 1995. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. 4^a. Ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

HARTMANN, A.; ZIMMERMANN, E. “A sustentabilidade como proposta interdisciplinar para o ensino médio”. *IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental – Questões epistemológicas contemporâneas: o debate modernidade e pós-modernidade*, Rio Claro, SP, 15p., 2007.

JOBIM E SOUZA, S. *Infância e linguagem – Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papyrus, 1994.

KAPLÚN, M. *Comunicación entre grupos – El método del cassetteforo*. Bogotá, Colômbia, Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

LAHNI, CR. POR UMA FORMAÇÃO DO COMUNICADOR INTEGRAL. Teoria e Prática em Jornal Laboratório e Comunicação Comunitária. *Lumina* - Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.7, n.1/2, p. 117-132, jan./dez. 2004 ISSN 1516-0785 Jornalismo e exercício de direitos

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____, *Heredando el Futuro*. Pensar la Educación desde la Comunicación. In: *Nómadas*. Bogotá, septiembre de 1996, n 5, p.10-22.

- MARTÍN-BARBERO, J. REY, G. *Os Exercícios do Ver: Hegemonia Audiovisual e Ficção Televisiva*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- MATTELART, A. MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MORAN, J. M. *Leituras dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Pan-cast, 1993.
- O’SULLIVAN, T. ; HARTLEY, J. ; SAUNDERS, D.; MONTGOMERY, M.; FISKE, J. *Conceitos-chave em Estudos de Comunicação e Cultura*. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.
- ORTRIWANO, G.S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.
- PERUZZO.C.M.K. O Lugar da Comunicação Comunitária nas Políticas de Comunicação no Brasil. Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, XVII Encontro da Compôs, na UNIP, São Paulo-SP, em junho de 2008.
- _____, *Educação E Rádio Comunitária, Educomunicação E Desenvolvimento Local*. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005., 20p.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1996.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RODRIGUES, A. D. *Comunicação e Cultura*. A experiência cultural na era da informação. Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- SILVA, Y.J. Meios de comunicação e *educação*: o rádio, um poderoso aliado. In: CITELLI, A. (coord.) *Outras linguagens na escola: cinema, TV, rádio, jogos, informática*. São Paulo: Cortez, 2000.

- SOARES, Ismar de O. (2002a) *Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina*. In: BACCEGA, M. A. (Org.). *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Mas, afinal, o que é educomunicação? *Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP*. São Paulo: NCE, [s./d.]. Disponível em: www.usp.br/nce/aeducomunicacao/saibama is/textos/. Acesso em: 08 dez.2008.
- SORRENTINO, M.S.*et al.* Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005
- SARTORI, AS, SOARES, MS. Concepção dialógica e as NTICs: A Educomunicação e os ecossistemas Comunicativos. *V Colóquio Internacional Paulo Freire*, Recife, 2005.
- TRAJBER, R; FERRARO, L.A.J. (Orgs.). *Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005a. 359 p.
- TRIGUEIRO, A. (Org.); BOF, L. p. 35-43; CAPRA, F. 19-33. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante. 2003. 368 p.
- VIEZZER, M. *Depende de nós – Atores Sociais que interferem no Ambiente e qualidade de Vida*, Escola Parque – Parque Nacional do Iguaçu, IBAMA, 2005.
- WHITAKER, D. A., BEZZON, L.C. *A CULTURA E O ECOSSISTEMA - Reflexões a Partir de Um Diálogo*. Campinas, SP, Alínea, 2006. 90p.
- REBOUÇAS, E. Os direitos à comunicação e o regime de propriedade intelectual. In: MARQUES DE MELO, J.; GOBBI, M.C; SATHLER, L.(Orgs.). *Mídia cidadã: utopia brasileira*. S.B.do Campo: UMESP, 2006. P.65-82.